

## CIDADES

# Rodízio de carros e pedágio nas ruas

Projeto do governo federal autoriza prefeituras a adotarem medidas para reduzir engarrafamentos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ontem para o Congresso Nacional um projeto de lei que autoriza as prefeituras a adotarem o rodízio de placas e cobrarem pedágio dentro das cidades.

A permissão está no artigo 20 do Projeto de Lei das Diretrizes da Política de Mobilidade Urbana. A proposta autoriza os prefeitos a tomarem oito medidas para garantir a mobilidade urbana.

Entre elas, está a "restrição e controle de acesso e circulação, permanente ou temporário, de veículos motorizados", que permite o rodízio de placas e até a proibição do trânsito em vias ou bairros determinados.

A lei também prevê aplicação de tarifas sobre a utilização da infra-estrutura, isto é, para ir a determinado local o motorista pode ser obrigado a pagar pedágio como forma de incentivo para que opte pelo ônibus.

Para o especialista e membro Conselho Estadual de Trânsito (Cetran) Fernando Assad as regras vão ajudar os municípios se a lei entrar em vigor. Para ele, com o aumento do número de carros nas ruas, a única alternativa será a restrição do uso do automóvel para dar prioridade ao transporte coletivo.

"Acho que já está na hora de os municípios da Grande Vitória pensarem nisso sim, principalmente com algum tipo de restrição de horários ou rodízio, não necessariamente o de placa. Já enfrentamos engarrafamentos por causa do excesso de carros".

Para o secretário de Transportes de Vitória, Alex Mariano, o projeto é uma consequência da municipalização do trânsito, mas Vitória ainda tem alternativas, antes que tenha de adotar uma "medida extrema".

"Trabalhamos hoje para modernizar o sistema de trânsito. É muito cedo para apontar rodízios ou pedágios como solução. Existem intervenções e estudos sendo feitos para evitar essa situação", afirmou.

O secretário de Serviços Urbanos de Vila Velha, Romário de Castro, destacou que o projeto ainda deve sofrer emendas antes de ser aprovado. "É preciso primeiro esgotar todos os recursos para melhorar a mobilidade e a circulação. Não queremos mais taxas", frisou.



Fernando Assad e Alex Mariano propõem alternativas

## O QUE DIZ A LEI

### CAPÍTULO V

Art. 20. Os municípios poderão utilizar os seguintes instrumentos para a gestão do sistema de mobilidade urbana e racionalização do uso dos diferentes meios e serviços:

I - restrição e controle de acesso e circulação, permanente ou temporário, de veículos motorizados em locais e horários pré-determinados;

II - estipulação de padrões de emissão de poluentes para locais e horários determinados, podendo condicionar o acesso e a circulação aos espaços urbanos sob controle;

III - aplicação de taxas sobre meios e serviços e de tarifas sobre a utilização da

infraestrutura visando desestimular o uso de determinados meios e serviços de transporte urbano;

IV - dedicação de espaço exclusivo nas vias públicas para os serviços coletivos e meios não-motorizados;

V - controle de estacionamentos;

VI - controle do uso das vias urbanas destinadas a cargas e descargas, concedendo prioridade ou restrições;

VII - controle ou proibição de tecnologias poluentes; e

VIII - convênios para o combate ao transporte ilegal de passageiros.

Fonte: Projeto de lei das Diretrizes da Política de Mobilidade Urbana.

## Bueiro que causou acidente é coberto

A Prefeitura da Serra consertou, na manhã de ontem, a tampa do bueiro que estava aberto, no bairro José de Anchieta, na Serra, em que a estudante Lorraine Caroline Pinheiro, 9 anos, caiu na última sexta-feira. Por causa do acidente, a menina precisou levar mais de 20 pontos no joelho e corre risco de ter problemas para andar.

De acordo com informações do Departamento de Serviços da Ser-

ra, a tampa do bueiro foi trocada. O órgão informou que, para evitar novos casos de acidentes e registrar problemas com bueiros, redes de drenagem ou asfalto, a população deve ligar para o telefone 3291-5306.

O pai de Lorraine Caroline Pinheiro, Jolimar dos Santos Pereira, 46 anos, disse que hoje vai entrar na Justiça contra a prefeitura. Ele pede ressarcimento pelos danos causados pelo acidente.